

Revolução Russa e revisionismo historiográfico: o retorno neoliberal da “tese da continuidade”

Marcio Lauria Monteiro¹

Em geral, ao se empreender uma análise histórica de eventos marcantes como revoluções, não é tarefa fácil encontrar o delicado balanço necessário no emprego das noções de “ruptura” e de “continuidade”. Mas, no que tange à historiografia da Revolução Russa, essa questão possui um caráter peculiar, devido à profunda orientação ideológica que marcou e que ainda marca certas linhas de análise em tal campo. Graças a essa orientação, por muito tempo a noção de continuidade imperou unilateralmente, como forma de se hostilizar o projeto bolchevique ao igualá-lo ao regime stalinista.

Apesar de essa perspectiva intrinsecamente política ter sido largamente combatida a partir da década de 1960, e tendo então perdido sua posição hegemônica, nos anos 1980 análises históricas hostis à Revolução de Outubro e ao regime por ela criado voltaram a ganhar visibilidade acadêmica e editorial, com a ressurreição de antigas teses já refutadas. Tal movimento se deu primeiro com a reaparição no cenário historiográfico de velhos autores da época da Guerra Fria e, posteriormente, através de uma vertente *revisionista* que busca “atualizar” essa hostilidade a partir de novos paradigmas. A análise crítica dessa operação revisionista é o objetivo do presente artigo.

Sovietologia e História Social: contenda em torno da noção de “continuidade”

Ao se falar de “revisionismo” fala-se (na acepção mais abrangente do termo) de “uma operação de revisão, de reinterpretação de processos históricos cujas narrativas e explicações até então eram consensuais”.² Nesse sentido, para uma análise do revisionismo contemporâneo em torno da historiografia da Revolução Russa, faz-se imprescindível um breve balanço das disputas que marcaram tal campo, para que se conheçam as análises e informações que certos pesquisadores tem tentado refutar ou que simplesmente optam por ignorar. Igualmente importante, ao se tratar desse revisionismo, é mapear o peculiar lugar da noção de *continuidade* em tal historiografia.

Enquanto na Rússia o regime revolucionário

desde cedo incentivou a produção de análises acadêmicas acerca do processo que lhe deu origem, no “ocidente” foi apenas por volta das décadas de 1930-40 que a Revolução Russa se tornou objeto de estudos especializados. Isso ocorreu de forma mais vigorosa nos Estados Unidos, onde surgiu a chamada “sovietologia”. Sua origem foi fortemente moldada pela conjuntura política de então, uma vez que era de interesse direto do governo norte-americano produzir não só insumos para se pensar suas estratégias políticas internacionais, mas também propaganda interna favorável à histeria anticomunista da época.³

Dessa situação, surgiu e foi imposto entre os estudiosos da Revolução Russa um verdadeiro consenso acadêmico, financiado por órgãos ligados ao Departamento de Estado norte-americano e por braços empresariais (como as Fundações Ford e Rockfeller), auxiliado ainda pela repressão e pela “autocensura” decorrentes do macarthismo.⁴ Consenso esse que não se limitou ao contexto norte-americano, tendo se expandindo vigorosamente para outros países e se tornado referência canônica por longo período, através de nomes como Richard Pipes ou Robert Conquest.

Um dos principais aspectos da narrativa-padrão proposta por tal consenso era o que Stephen Cohen e outros críticos apropriadamente nomearam de “tese da continuidade”, segundo a qual haveria uma linha reta entre a publicação de *Que fazer?*, de Lenin (1903), e os *gulags* da década de 1930. Utilizando-se do altamente problemático conceito de totalitarismo, os adeptos desse consenso encaravam que os Bolcheviques, desde sua origem enquanto fração da Social Democracia russa, já possuíam um plano “totalitário” para tomar o poder e instaurar uma brutal ditadura, na qual os líderes do partido seriam chefes supremos de uma sociedade tornada monolítica à base da repressão policialesca, da propaganda ideológica e da censura.⁵ Assim, operando a partir de um *determinismo monocausal*, os soviólogos reduziavam os complexos eventos da história soviética a consequências diretas das supostas ações e desejos das lideranças do Partido Bolchevique, imputando, assim, um caráter de inevitabilidade à História.

Do ponto de vista político, esses historiadores estendiam uma condenação liberal-burguesa ao

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFF e bolsista pela Capes (contato: marciolmonteiro@gmail.com e <https://uff.academia.edu/MarcioLauriaMonteiro>).

2 MELO, Demian de. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: _____. (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 19.

3 Cf. SEGRILLO, Ângelo. A historiografia da revolução russa: anti-gas e novas abordagens. *Projeto História*, v. 41, dezembro de 2010, p. 72-74.

4 Cf. COHEN, Stephen. *Rethinking the soviet experience – Politics and History since 1917*. Oxford: Oxford University Press, 1985, p. 10-13.

5 Cf. Idem, p. 5-6.

Stalinismo à experiência soviética como um todo, traçando linhas de continuidade que, muitas vezes sem nenhum embasamento empírico, apontavam este como uma *decorrência lógica* do Bolchevismo e da Revolução de Outubro. Produziram, assim, insumos para a rejeição política do projeto revolucionário bolchevique e daqueles que nele se inspiraram ao longo do século XX – o que lhes valeu o adequado apelido de *cold warriors*.

Foi apenas a partir dos anos 1960 que um número cada vez maior historiadores e politólogos questionaram essa tese de continuidade fundamental entre Bolchevismo e Stalinismo, conformando uma onda de resistência que se contrapôs com crescente vigor ao consenso forjado em torno das perspectivas soviéticas e tendo os adeptos dessa empreitada se autointitulado “revisionistas”.⁶

Somadas, a emergência da História Social, com sua perspectiva de uma “história vista de baixo”, e o acesso de pesquisadores estrangeiros a documentos soviéticos, a partir de programas de intercâmbio acadêmico – além, é claro, do ascenso das esquerdas a nível global (inclusive dentro do bloco soviético) – permitiram uma profunda revisão historiográfica sustentada em pesquisas arquivísticas, que aos poucos pôs abaixo os principais pilares do consenso soviético.

A principal marca desses estudos, em contraposição à escola totalitarista, foi uma compreensão não determinista da realidade, que levava em conta a existência de múltiplas causalidades. Dessa forma, buscaram entender o Stalinismo enquanto um fenômeno *histórico* e levaram em consideração os outros projetos que fracassaram ante a sua vitória, contestando assim a ideia de uma continuidade planejada e ininterrupta.⁷

Em síntese, essa revisão tornou muito mais rico o conhecimento acerca da Revolução Russa. Fundamentalmente, esses historiadores demonstraram, ao contrário do que defendia o cânone soviético, não só o caráter de massas de Outubro (antes reduzido a um mero “golpe” perpetrado por uma minoria armada e supostamente autoritária),⁸ mas também a existência de profundas *descontinuidades* entre os primeiros anos do governo bolchevique e o período stalinista. Seus trabalhos trouxeram à tona a existência de uma série

6 A polissemia desse termo ao longo das diferentes contentas historiográficas, sendo ora utilizado como acusação pejorativa, ora reivindicado com orgulho, confirma a característica “camaleônica” a ela atribuída por Traverso. Cf. TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política*. Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 93.

7 Perspectiva expressa, por exemplo, no resgate de Moshe Lewin acerca da luta travada por Lenin em seus últimos anos de vida, contra a burocratização soviética e contra certas posições e atitudes de Stalin (*Lenin's Last Struggle*. 4ª ed. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008).

8 Cf. o importante trabalho de Alexander Rabinowitch, *The Bolsheviks Come to Power: The Revolution of 1917 in Petrograd*. Chicago, Londres: Haymarket Books, Pluto Press, 2004.

de reversões de direitos conquistados pela revolução,⁹ mudanças na estrutura de representação política, nas formas de funcionamento interno do Partido Bolchevique e, finalmente, nos próprios objetivos almejados pelos novos líderes agrupados em torno da figura de Stalin.¹⁰

Revisionismo: braço historiográfico do “espírito de época” neoliberal

Indo na contramão da qualidade e respeitabilidade angariada por essas análises, o predomínio do projeto político-ideológico neoliberal na década de 1980 deu impulso a uma nova tentativa de reinserir a soberania da ideia de “continuidade” na historiografia acerca da Revolução Russa, como forma de produzir uma renovada hostilidade a Outubro e ao projeto bolchevique, mais uma vez igualado e reduzido ao Stalinismo enquanto sua “consequência lógica”.

Essa tendência historiográfica, representada por autores como Claudio S. Ingerflom, Bruno Groppo, dentre outros que serão analisados adiante, ainda é muito marginal no campo de estudos da Revolução Russa. Não obstante, possui certa projeção – demonstrada, por exemplo, pela relativa circulação de seus escritos em programas de graduação brasileiros.

Tal tendência é expressão particular de uma vertente paradigmática mais ampla e que, em outros campos, foi capaz de obter muito mais aceitação. Trata-se do que se convencionou caracterizar criticamente de “revisionismo historiográfico” (ou “revisionismo contemporâneo”), e que pode ser compreendido enquanto o braço acadêmico do “espírito de época” do neoliberalismo e do consenso conservador por ele produzido, baseado na ideia de triunfo definitivo do capitalismo sobre os diferentes projetos antissistêmicos, em particular o comunismo.

Movidos, nas palavras de Enzo Traverso, por “uma apologia melancólica do liberalismo como horizonte infranqueável da História”,¹¹ os diferentes pesquisadores revisionistas, não obstante suas variações temáticas e certos nuances de posicionamento, tem por característica central subjacente às suas análises históricas a negação da possibilidade de mudanças revolucionárias e uma apologia teleológica da democracia burguesa.¹² Conformam, assim, algo como uma “frente única” (termo de Traverso), que possui como ponto de unidade o “anticomunismo elevado ao status de um paradigma

9 Acerca dos direitos das mulheres, por exemplo, cf. GOLDMAN, Wendy. As mulheres na sociedade soviética. In: DREYFUS, M., et al. *O Século dos Comunismos. Depois da Ideologia e da Propaganda, uma Visão Serena e Rigorosa*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 220-233.

10 Cf., por exemplo, COHEN, Stephen. *Op. cit.* Cap. 2.

11 TRAVERSO, Enzo. *Op. cit.*, p. 100.

12 Cf. HAYNES, Michael; WOLFREYS, Jim. Introduction. In: _____ (eds.) *History and Revolution – Refuting Revisionism*. Londres, Nova York: Verso, 2009, p. 14.

histórico”,¹³ uma vez que suas análises são balizadas pelo temor às transformações revolucionárias, que supostamente levariam necessariamente às catástrofes.

Na tentativa de dar suporte a essas concepções políticas, os revisionistas defendem a tese segundo a qual uma tendência comum ligaria o Terror Jacobino aos *gulags* soviéticos, passando pelos campos de concentração nazistas – o que funciona como importante subsídio para rechaçar qualquer nova tentativa antissistêmica, que – a História supostamente o demonstra – estaria fadada a culminar em novos “totalitarismos”.

Dessa forma, fruto de uma época caracterizada pela máxima neoliberal *There is no alternative!* (Margaret Thatcher), os revisionistas se pautam explícita ou implicitamente pela noção de “fim da História”, conforme exposta mais claramente por Fukuyama. Portanto, o revisionismo não pode ser encarado como uma mera “moda acadêmica”, sendo antes fruto de um contexto sócio-histórico determinado. Conforme aponta Jim Wolfreys, não é coincidência que alguns dos intelectuais que mais produziram insumos teóricos para a empreitada revisionista (os *nouveaux philosophes*) sejam caracterizados pela decepção da geração de Maio de 68 com o potencial transformador da política.¹⁴

Mas, estando o fazer histórico sempre vinculado (seja de forma explícita ou não) a projetos sociais que se expressam em propostas políticas, e sendo sempre as batalhas pela interpretação do passado parte de lutas mais amplas pela hegemonia no presente,¹⁵ a condenação desse movimento historiográfico não deve se dar meramente pela sua politização. A razão principal para tal condenação encontra-se antes no caráter profundamente apologético da mesma (ao qual seus pilares teóricos estão intrinsecamente ligados) e pelas suas conclusões historiográficas demonstrarem-se extremamente falhas (quando não são falsificações propriamente ditas), constituindo retrocessos em relação aos conhecimentos acumulados em cada campo onde esta se expressa.

Desde o ponto de vista teórico, a posição política central comum aos revisionistas está intimamente ligada ao fato de encararem a esfera do político enquanto autônoma, determinada por uma dinâmica própria e regida centralmente por *ideias* e *discursos*.¹⁶ Isso lhes permite excluir a ação das massas de suas análises, encarando, conforme a crítica de Wolfreys e Haynes, que atos políticos levam a consequências sociais, ao invés

de atos sociais levarem a consequências políticas.¹⁷ Tal noção *idealista* da esfera do político, desvinculada de condições sócio-históricas específicas, é claramente de grande utilidade enquanto base para suas críticas contra projetos transformadores.

De forma mais abrangente, essa noção tem origem naquilo que Emília Viotti da Costa apropriadamente nomeou de “inversão da dialética”, operada pelos “novos filósofos” – isto é, o *total subjetivismo* a partir do qual uma crítica exacerbada ao “positivismo” de certo marxismo vulgar se posicionou no outro extremo e passou a encarar que os fatores subjetivos (cultura, política, linguagem) deveriam ser considerados não enquanto *determinados*, mas sim como *determinantes*.¹⁸

Assim, o “reducionismo econômico” combatido pelos intelectuais sintonizados com esse “espírito de época” neoliberal e que era utilizado pelo marxismo vulgar para falar da “inevitabilidade” do socialismo foi substituído por outro reducionismo igualmente nocivo, o cultural/linguístico, destinado a afirmar a *impossibilidade* do mesmo. Conforme avalia Marcelo Badaró Mattos, a forma específica através da qual muitos historiadores absorveram o paradigma pós-moderno foi esse “culturalismo”, que os levou à “sobrevvalorização de uma única dimensão da vida dos homens em sociedade”¹⁹ – a saber, a *cultura* (incluindo aí a política reduzida a “cultura política”).

Essa base teórica do revisionismo, que possui relação simbiótica com suas propostas políticas é uma clara expressão do paradigma pós-moderno e da noção de “Nova História” a ele associada, calcada na oposição à teoria e a sínteses globais e pela opção pela fragmentação do cotidiano da micro-análise²⁰ – portanto, pelas esferas associadas ao “privado”, no lugar da valorização do “coletivo”. Dessa forma, fica descartado o potencial transformador das massas, que já não são mais sequer unidade de análise. Outro aspecto central desse paradigma é a negação da “noção de processo histórico”, que pressupõe uma “lógica” para a História e uma perspectiva totalizante da realidade.²¹ Esse aspecto, por sua vez, é um claro ataque à vinculação, tradicional ao marxismo, entre lógica histórica e possibilidade de se pensar projetos revolucionários.

Pode-se ver, portanto, que o revisionismo historiográfico se assenta sobre o axioma da negação de grandes transformações sociais derivadas das revoluções (sejam elas as do passado ou as almejadas por projetos

13 TRAVERSO, Enzo. The New Anti-Communism: Rereading the Twentieth Century. In: HAYNES, M.; WOLFREYS, J (eds.). *Op. cit.*, p. 139.

14 WOLFREYS, Jim. Twilight Revolution: François Furet and the Manufacturing of Consensus. In: HAYNES, M.; WOLFREYS, J (eds.). *Op. cit.*, p. 50-51.

15 Cf. o pensamento de Enzo Traverso e de Fernando Rosas sintetizado em MELO, Demian de. *Op. cit.*, p. 17-18.

16 Cf. WOLFREYS, Jim. *Op. cit.*, p. 64.

17 HAYNES, M.; WOLFREYS, J. *Op. cit.*, p. 14.

18 Cf. COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História*. Brasil: 1954-1964. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, n.27, 1994, p. 12-13.

19 MATTOS, Marcelo B. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian de. (org.) *Op. cit.*, p. 70.

20 Cf. CARDOSO, Ciro F. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 47.

21 Cf. COSTA, Emília. *Op. cit.*, p. 15.

revolucionários do presente), sustentado pela negação de racionalizações acerca da História e da dissolução dos sujeitos coletivos nos indivíduos atomizados. Partindo desse arcabouço, os diferentes revisionistas buscaram atacar marcos fundadores da realidade política de seus contextos nacionais particulares.²²

Apesar da variedade de “alvos” dos revisionistas, um entre todos sobressai: a *Revolução Francesa*, marco fundamental da modernidade. O maior representante da empreitada revisionista em relação a esse evento sem dúvidas é François Furet, cujas elaborações são referência para quase todos os revisionistas – incluindo aqueles que se dedicam a renovar a hostilidade historiográfica à Revolução Russa.

Furet buscou centralmente desconstruir a ideia da Revolução Francesa como uma revolução burguesa, como forma de negar a noção de revoluções em geral como profundas *rupturas sociais*. Assim, da sua hostilidade inicial ao período jacobino da revolução, visto como uma “derrapagem” rumo à democracia, Furet consolidou sua tese em torno da denúncia da revolução *em si* como uma só grande “derrapagem”, que teria colocado em risco o processo de “liberalização” supostamente iniciado pela própria monarquia.²³

Furet sustenta tal análise extremamente teleológica se apropriando das ideias e narrativas históricas de Alexis de Tocqueville e de Augustin Cochin. A partir delas, encarou que a Revolução Francesa, em termos políticos e sociais, seria marcada essencialmente pela *continuidade*, e não pela ruptura em relação ao período monárquico. Essa continuidade se daria pela suposição da revolução ter sido fundamentalmente uma “aceleração” de processos que já se faziam presentes sob a monarquia e que teriam sido plenamente realizados com o advento da República.²⁴ Segundo sua tese, a única ruptura que de fato teria ocorrido se limitaria ao campo das *mentalidades*, onde se poderia constatar uma “descontinuidade política e cultural” (o suposto advento da “ideologia democrática”).²⁵

Isso levou Furet a afirmar que a noção de uma ruptura radical com o passado seria tão somente uma “ideologia”, fruto de uma “ilusão da transformação” criada pelos atores revolucionários e posteriormente reproduzida pelos historiadores com eles identificados.²⁶ Dessa forma, seu revisionismo representou essencialmente uma reinterpretação historiográfica com claras intenções políticas, voltadas para deslegitimar projetos que tinham na Revolução Francesa um importante exemplo e por vezes mesmo um modelo.

22 Um balanço de alguns desses revisionismos pode ser encontrado em MELO, Demian de. *Op. cit.*, p. 31-48.

23 Cf. WOLFREYS, Jim. *Op. cit.*, p. 53-54 e TRAVERSO, Enzo. *The New Anti-Communism*, *op. cit.*, p. 149.

24 Cf. FURET, François. *Pensar a revolução francesa*. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 24 e p. 32.

25 Idem, p. 49.

26 Idem, p. 31-45.

Conforme a acertada crítica de Eric Hobsbawm, “a revisão liberal da história revolucionária francesa” – que não apresentou nenhum avanço concreto para se pensar esse tema²⁷ – “é inteiramente dirigida, via 1789, para 1917”.²⁸

A Revolução Russa na mira da “escola furetiana” de revisionismo

A partir da década de 1990, alguns historiadores sintonizados com o paradigma revisionista – muitos dos quais atuantes no meio acadêmico francês, e não por coincidência²⁹ – tem buscado realizar uma transposição destas ao campo da historiografia da Revolução Russa, pautando-se sobretudo pelas teses de Furet acerca da Revolução Francesa. Almejando ares de sofisticação para sua empreitada, alegam um distanciamento crítico em relação ao antiquado cânone soviétólogo – que, no mesmo período, passou por uma tentativa de ressurreição através de antigos *cold warriors* como Pipes e Martin Malia. Também alegam serem críticos do caráter abertamente apologético da análise do próprio Furet acerca do comunismo (expressa em *O passado de uma ilusão*, 1995), ou à histeria de figuras como Stéphane Courtois. Como se demonstrará, entretanto, sofisticação é apenas uma aparência entre as teses defendidas por tais historiadores que, na prática, reeditam a hostilidade historiográfica à Revolução Russa através da confecção de uma nova *tese da continuidade*, alinhada com os pilares teóricos que sustentam o revisionismo.

Apropriando-se diretamente dos trabalhos realizados por Furet nas décadas de 1970-80, Claudio S. Ingerflom, por exemplo, atribui centralidade ao debate em torno de encarar ou não a Revolução Russa como um marco fundador. Certamente, uma perspectiva que ignore qualquer fator anterior à derrubada do Governo Provisório para analisar o regime soviético fundado pela Revolução Russa resultaria em uma simplificação ingênua da realidade. Mas o que Ingerflom defende, tal qual Furet fizera em relação à Revolução Francesa, é que o outubro soviético não seria uma *ruptura* significativa com o passado.³⁰ Para sustentar essa visão, busca traçar diversos pontos de continuidade em relação ao antes e depois da revolução, sobrepondo-os em relevância aos pontos de ruptura.

Enquanto os adeptos da escola totalitarista defendiam uma continuidade que apresentava o fenômeno stalinista como um resultado lógico e uma

27 Cf., por exemplo, FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004, p. 358.

28 HOBBSAWM, Eric J. *Ecos da Marselhesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 110.

29 Conforme a avaliação de diferentes historiadores, ao longo das décadas de 1970-80, Paris havia se tornado o grande centro a partir do qual emanava o conservadorismo intelectual no qual se baseou o paradigma revisionista. Cf. TRAVERSO, Enzo. *The New Anti-communism*, *op. cit.* p. 138 e WOLFREYS, Jim. *Op. cit.*, p. 51.

30 Idem, p. 132.

consequência direta do Bolchevismo, as análises de Ingerflom vão mais longe no passado e tentam traçar tal continuidade a partir do Czarismo e do que nomeia de “cultura política russa”.³¹ Para sustentar essa tese, Ingerflom busca compartilhar o reconhecimento, comum a muitos historiadores sociais (inclusive marxistas), segundo o qual a revolução teria ocorrido “demasiado cedo”, em uma formação social na qual ainda predominavam reminiscências de relações de produção pré-capitalistas e de relações políticas não-modernas.³² Entretanto, encara que o triunfo revolucionário do projeto bolchevique e o amplo apoio que as massas lhe deram em outubro de 1917 seria decorrente não de uma consciência política derivada das contradições sociais, como defenderam esses historiadores, mas do fato do “discurso bolchevique [ser] familiar [às massas] devido às suas referências a um outro lugar que **não** o da decisão autônoma da sociedade e às reivindicações econômicas, sociais e políticas, susceptíveis de conquistar a adesão”.³³

Assim, por mais que Ingerflom busque se distanciar da herança da escola totalitarista e contrapor a ela algumas contribuições mais sofisticadas, advindas da História Social, este acaba por ignorar justamente um dos principais pontos de convergência desta, isto é, o reconhecimento de uma ação autônoma e consciente das massas durante a revolução, baseado na percepção de suas necessidades objetivas. Frente a isso, é flagrante como que a experiência dos conselhos e comitês organizados ao longo de 1917 praticamente não é mencionada, uma vez que iria contradizer tais afirmações.

Outro ponto importante na narrativa revisionista de Ingerflom é a questão do “terror”, ao qual atribui papel central na sua análise da política bolchevique. Segundo suas próprias palavras, “o terror foi a forma extrema da violência. Esta era ao mesmo tempo **inerente ao projeto bolchevique e à cultura política russa**”.³⁴ Dessa forma, Ingerflom elabora uma versão renovada da *tese da continuidade*, agora não mais a partir do paradigma totalitarista, mas a partir do culturalismo pós-moderno.

Seguindo na mesma linha, Peter Holquist, em concordância com as considerações de Furet sobre a Revolução Francesa, critica a visão de Outubro como sendo uma *ruptura*, alegando que “esta perspectiva teve como resultado principal dissociar os bolcheviques e a sua revolução do contexto histórico que os tinha produzido”.³⁵ Essa suposta análise histórica, entretanto,

não é voltada para as condições sociais da sociedade russa, mas para o enquadramento do Bolchevismo como uma forma de *continuidade do Czarismo*, em uma tentativa, segundo o próprio, de contestar o “mito das origens” contido na perspectiva de Outubro como uma ruptura.³⁶

Ao traçar linhas de suposta continuidade entre o regime soviético e o período czarista, tais como políticas de provisionamento da produção agrícola e industrial, Holquist, assim como os demais revisionistas, ignora a diferença fundamental no que dizia respeito às *formas de propriedade* e às *relações de produção* vigentes sob cada um – tema que até hoje apenas marxistas trataram de forma sistemática, a despeito das variadas interpretações dentre estes.

Dessa forma, acaba por obscurecer diferenças fundamentais, no intuito de realçar semelhanças superficiais e completamente descontextualizadas. Não à toa, Holquist encara a Revolução Russa tão somente como uma modificação das “práticas políticas”, marcada pela “modernização das formas de intervenção do Estado”, ignorando assim seus aspectos enquanto uma genuína *revolução social* no que diz respeito aos fatores produtivos.³⁷ Uma conclusão, portanto, quase idêntica à de Furet acerca de Revolução Francesa e, de forma mais geral, de todo o escopo do revisionismo em relação a processos revolucionários e à própria noção da revolução social enquanto ruptura.

Sua tentativa de elaboração de uma versão repaginada da tese da continuidade fica extremamente clara quando demonstra concordância com a afirmação de William Rosenberg, para quem o Bolchevismo seria “essencialmente a continuação do passado sob uma forma radicalizada, e não uma ruptura revolucionária com esse mesmo passado”³⁸ – a mesma lógica segundo a qual a Revolução Francesa teria apenas “acelerado” processos iniciados sob o regime monárquico.

Ademais, tal qual Ingerflom, Holquist põe bastante ênfase na esfera “cultural”. Por essa via, chega a considerar os métodos de planificação, que caracterizaram a formação social soviética na maior parte de sua existência, como sendo fruto de uma “cultura tecnocrática e coletivista”, que teria levado até mesmo os Exércitos Brancos, da época da guerra civil, a adotar tais métodos.³⁹ Dessa forma, não diferencia uma gestão econômica excepcional nos marcos do capitalismo – adotada em um momento de guerra civil – de toda uma relação de propriedade radicalmente diferente, mais uma vez buscando aproximar práticas distintas ao descontextualizá-las.

A partir de tais análises, a conclusão a que chega Holquist acerca das diferenças entre o governo

31 Idem, p. 135.

32 Idem, p. 137.

33 Idem, p. 137. Ênfase adicionada.

34 Idem, p. 135. Ênfase adicionada.

35 HOLQUIST, Peter. A questão da violência. In: DREYFUS, M., et al. *Op. cit.*, p. 143-144. Cabe ressaltar que não é por acaso que os artigos de alguns dos revisionistas aqui analisados integrem uma mesma obra coletiva (*O século dos comunismos*), uma vez que o capítulo desta dedicado à União Soviética foi organizado pelo próprio Ingerflom.

36 Idem, p. 156-157.

37 HOLQUIST, Peter. *Op. cit.*, p. 157.

38 Apud Ibid., p. 160.

39 Idem, p. 166.

soviético (sempre tomado enquanto um bloco ahistórico) e aqueles que o precederam se daria no ponto fundamental da *extensão* da aplicação de práticas coercitivas vigentes, da qual seriam “herdeiros”. O mesmo valeria para a planificação econômica e as intervenções estatais – interpretadas através de uma concepção de causalidade extremamente determinista e de difícil sustentação prática, enquanto fruto da suposta “natureza intrinsecamente maniqueísta e agressiva” dos Bolcheviques.⁴⁰

Já Gábor Rittersporn, apesar de reconhecer uma série de fatores importantes para se entender a burocratização do PC e do Estado enquanto um *processo*, também reproduz aspectos da lógica totalitarista – inclusive tecendo narrativas muito semelhantes àquelas por ela influenciadas, como sua defesa de que “foi o desejo de afirmar a hegemonia do regime em todos os domínios da vida social e política que incitou os bolcheviques a adotar um modelo de administração altamente centralizado”.⁴¹

Esse tipo de análise acaba por suprimir os ricos debates que ocorreram dentro do Partido Bolchevique acerca dos rumos que o regime deveria tomar, não contemplando assim as disputas e modificações que marcaram tal organização política e o pensamento de suas principais lideranças.⁴² Por detrás das afirmações contrafactuais de Rittersporn e Holquist, reside uma clara condenação do projeto revolucionário, pautada por uma tomada da democracia burguesa enquanto parâmetro não explícito de regime político ideal – expressa, por exemplo, em um enaltecimento do Governo Provisório.⁴³

Outro historiador que integra esse grupo revisionista é Bruno Groppo, cuja análise da realidade social e histórica da União Soviética se aproxima bastante daquela de Ingerflom. Em um artigo de 2007, no qual buscou fazer um balanço d’*O Comunismo na História do Século XX*, apesar de reconhecer que ocorreram mudanças no sistema de governo soviético, como ao afirmar que os *soviets* teriam “muito rapidamente” perdido seu poder real e se tornado uma “fachada” para o monopólio do poder por parte do Partido Comunista,⁴⁴ este tende a reduzir o Bolchevismo a uma forma de autoritarismo puro e simples, derivado de uma herança sobretudo cultural (mais uma vez a noção de “cultura política”).

Assim, as complexas mudanças pelas quais passou o regime revolucionário são reduzidas a um suposto maniqueísmo por parte dos Bolcheviques, sedentos por poder. Por mais que reconheça o papel de fatores objetivos no processo de burocratização que marcou esse regime, como a predominância camponesa na população e o desenvolvimento incipiente do setor industrial, Groppo ressalta a suposta “tradição de despotismo própria da Rússia”,⁴⁵ assumindo-a como fator causal de peso e sem diferenciar Bolchevismo de Stalinismo.

Groppo também retoma a velha narrativa soviétóloga, segundo a qual Outubro teria sido “essencialmente um golpe de Estado executado por uma audaz minoria armada, decidida a tomar o poder à força”,⁴⁶ e não a culminação de um processo de intensa disputa política em uma conjuntura de grandes mobilizações de massa e de contestação da ordem vigente. Contrariando, ainda, diversos estudos acerca das estratégias que conviviam no interior do Partido Bolchevique às portas da revolução, bem como o fato dos Bolcheviques terem se esforçado para formar um gabinete multipartidário após a tomada do poder,⁴⁷ afirma que estes “estavam absoluta e fanaticamente convencidos de ser os únicos detentores da verdade”, o que os teria levado diretamente à construção de um “monopólio do poder”.⁴⁸

Ademais, Groppo centra sua atenção no suposto caráter “ilusório” da revolução, tal como Furet fizera em relação a 1789. Dessa forma, trata a Revolução de Outubro enquanto um “mito” forjado pelos vencedores, e que teria originado uma verdadeira “religião política”.⁴⁹ Explicitando sua adesão ao culturalismo pós-moderno, este alega possuir preferência pela análise do “funcionamento dos imaginários políticos”⁵⁰ – o que talvez explique seu “distanciamento” em relação à realidade factual, que se traduz em falsificações deliberadas frente a todo o conhecimento historiográfico já acumulado.

Conclusão

Conforme demonstrado, ainda que partam de um quadro teórico diferente daquele da soviétologia (a escola totalitarista), essa nova leva de historiadores

40 Idem, p. 167-169.

41 RITTERSPORN, Gábor. O Partido. In: DREYFUS, M., et al. *Op. cit.*, p. 172.

42 A esse respeito, conferir, por exemplo, GETZLER, Israel. Outubro de 1917: O debate marxista sobre a revolução na Rússia. In: HOBBSAWM, E. (org.). *História do Marxismo*. v. 5. São Paulo: Paz e Terra, 1985, p. 37 e JOHNSTONE, Monty. Lênin e a revolução. In: Hobsbawm, E. (org.). *Op. cit.*, p. 113-142.

43 Cf. HOLQUIST, Peter. *Op. cit.*, p. 158-161 e RITTERSPORN, Gábor. *Op. cit.*, p. 179.

44 Cf. GROPPPO, Bruno. O Comunismo na História do Século XX. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, v. 0, n. 75, 2008, p. 116 e p. 118.

45 Idem, p. 120.

46 Idem, p. 117.

47 Cf. JOHNSTONE, Monty. *Op. cit.*, p. 130-33 e MURPHY, Kevin. Podemos escrever a história da Revolução Russa? Uma resposta tardia a Eric Hobsbawm. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 17, 1º semestre de 2008, p. 55

48 GROPPPO, Bruno. *Op. cit.*, p. 121.

49 Idem, p. 115 e p. 121. Uma “versão brasileira” dessas teses de Groppo pode ser encontrada em FERREIRA, Jorge. URSS: Mito, utopia e história. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 5, 1998, p. 75-103. Para uma crítica da mesma, cf. SENNA Júnior, Carlos Zacarias de. Mito, Memória e História: a historiografia anticomunista no Brasil e no mundo. In: MELO, Demian de. *Op. cit.*, p. 112-118.

50 Idem, p. 125.

da “escola furetiana” de revisionismo defende uma tese da continuidade semelhante à que estruturava as análises dos *cold warriors*. Pautados pelo intrinsecamente idealista culturalismo pós-moderno, estes buscam estabelecer *continuidades* e negar *rupturas* no processo de formação da União Soviética, reduzindo assim o real impacto das profundas transformações possibilitadas pela Revolução Russa e igualando Bolchevismo a Stalinismo (ou mesmo à uma “continuidade radicalizada” do Czarismo). Ao final, suas análises – por vezes inteiramente carentes de bases empíricas e opostas a todo o acúmulo existente hoje nesse campo historiográfico – se colocam fundamentalmente a serviço da condenação da experiência soviética. Portanto, inegavelmente atuam enquanto braço historiográfico do projeto político-ideológico neoliberal.

Dessa forma, Kevin Murphy não poderia estar mais correto ao afirmar que as divergências da historiografia soviética não se resumem a uma “questão de fontes” – que, ainda que abundantes atualmente, não bastarão para gerar um consenso fundamental no campo⁵¹. Assim, o combate contra o revisionismo, mais do que a simples refutação de suas teses contrafactuais, deve, necessariamente, englobar também a crítica a seus pilares teóricos e à ordem social que estes visam sustentar.

Artigo recebido em 31.8.2014

Aprovado em 3.10.2014

51 Cf. MURPHY, Kevin. *Op. cit.*, p. 47.